



PRESTE MAIS
ATENÇÃO!!

Olá, pessoal!

Este é o nosso **SIMULADO GRATUITO** de “Noções de Sustentabilidade” para Tribunais!

São **30 questões com GABARITO COMENTADO!!!**

Objetivos:

- Avaliar o conhecimento;
- Fixar o conteúdo;
- Revisar a matéria.

Nível de dificuldade: Médio - difícil.

Meta: 100% de acerto.

ATENÇÃO! Teremos um aulão de revisão no dia 4 (sábado), às 18h, no canal do Estratégia Concursos no Youtube.

Bom teste e bons estudos!

Prof. Rosenval Júnior

<https://www.instagram.com/profrosenval/>

Simulado (Lista de Questões)

1 – (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

O Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum ou “Our Common Future”, apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

2 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

3 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

A A3P é uma ação compulsória que impõe adoção de novos padrões sustentáveis de produção e consumo, dentro do governo.

4 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

A A3P é um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais

utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

5 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. A A3P também busca:

- a) Sensibilizar os gestores públicos para as questões políticas.**
- b) Promover o uso racional dos recursos naturais e o aumento de gastos institucionais.**
- c) Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública.**
- d) Reduzir o impacto socioambiental positivo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional.**

6 – (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

Reutilizar significa transformar os produtos em matéria prima para se iniciar um novo ciclo de produção-consumo-descarte.

7 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

O Termo de Adesão é o instrumento pelo qual uma instituição formaliza seu compromisso em implantar a A3P.

8 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

A A3P é desenvolvida na administração pública, exclusivamente na esfera federal.

9 – (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

Um dos eixos da A3P é a gestão adequada de resíduos gerados. Sobre esse tema, cabe destacar a "Coleta Seletiva Solidária", que objetiva separar os resíduos recicláveis descartados em lixões e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, constituindo-se em exemplo na busca da inclusão social de expressivo contingente de cidadãos brasileiros.

10 – (Simulado sobre a Resolução CNJ 201/2015 – Elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

“As unidades ou núcleos socioambientais deverão ter caráter _____ para o planejamento, implementação, monitoramento de metas _____ e avaliação de indicadores de desempenho.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

- A) Permanente / trimestrais**
- B) Permanente / anuais**
- C) Provisório / semestrais**
- D) Temporário / mensais**

11 - (Simulado sobre a Resolução CNJ 201/2015 – Elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

“As unidades ou núcleos socioambientais deverão, _____, ser _____ à alta administração dos órgãos tendo em vista as suas atribuições estratégicas e as mudanças de paradigma que suas ações compreendem.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

- A) obrigatoriamente / vinculados**
- B) a critério do Ministro do STF / subordinados**
- C) a critério do Ministro do Meio Ambiente / vinculados**
- D) preferencialmente / subordinados**

12 – (Simulado sobre a Resolução CNJ 201/2015 – Elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

“O _____ deverá publicar _____, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, fomentado por informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

- A) CNJ / anualmente**
- B) STJ / anualmente**
- C) CNJ / semestralmente**
- D) STJ / semestralmente**

13 - (Simulado sobre a Resolução CNJ 201/2015 – Elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

O PLS-PJ irá subsidiar, _____, o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, a ser publicado pelo _____ por intermédio do _____, no prazo de _____ dias a contar do recebimento do relatório de desempenho dos órgãos.

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

- A) semestralmente / CNJ / DPJ / 180**
- B) anualmente / CNJ / DPJ / 180**

C) mensalmente / CCJ / DPJ / 180

D) anualmente / DPJ / CNJ / 180

14 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade prescinde de justificativa nos autos, no entanto é necessário que preserve o caráter competitivo do certame.

15 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

A maior geração de empregos, obrigatoriamente com mão de obra local, é uma diretriz de sustentabilidade.

16 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

O instrumento convocatório deverá sempre estabelecer que o contratado adote obrigatoriamente práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

17 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

A Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP - tem natureza consultiva e caráter temporário.

18 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

A participação na CISAP é remunerada.

19 - (Simulado sobre a PNMC elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

São princípios expressos na Lei 12.187/09 (PNMC), EXCETO:

- a)precaução**
- b)prevenção**
- c)participação estatal**
- d)desenvolvimento sustentável**

20 - (Simulado sobre a PNMC elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Para alcançar os objetivos da PNMC, o País adotará, como compromisso nacional_____, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre _____ e _____ suas emissões projetadas até _____.

- a- voluntário / 36,1% / 38,9% / 2020**
- b- obrigatório / 37,1% / 37,9% / 2017**
- c- voluntário / 36,1% / 37,9% / 2040**
- d- compulsório / 90,1% / 100% / 2020**

21 – (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

A Lei 12.305/10 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os radioativos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

22 – (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Não é um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):

- A - prevenção.**
- B -.precaução.**

C – pagador-poluidor.

D - protetor-recebedor.

23 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, reutilização, redução, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

24 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Quanto a origem, os resíduos sólidos podem ser classificados em resíduos perigosos e não perigosos.

25 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

A União elaborará, sob a coordenação do IBAMA, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.

26 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso,

observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Marque a opção correta:

a – Apenas I está correta.

b – Apenas I e II estão corretas.

c – Apenas I, II, III e IV estão corretas.

d – I, II, III, IV, V, e VI estão corretas.

27 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, EXCETO:

A - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos.

B - lançamento in natura a céu aberto de resíduos de mineração.

C - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

D - outras formas vedadas pelo poder público.

28 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada. Neste caso, é dispensada a autorização dos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

29 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

É permitida a criação de animais domésticos nas áreas de disposição final de rejeitos.

30 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

Questões Comentadas

1 – (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

O Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum ou “Our Common Future”, apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Certo.

O Relatório “Brundtland” ou Nosso Futuro Comum ou “Our Common Future” foi apresentado em 1987 e define “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” como sendo o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de terem suas próprias necessidades atendidas.

2 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Certo.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, é um direito de terceira geração ou dimensão, ligado à fraternidade e à solidariedade. Importante destacar que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida! Tanto o Poder

Público quanto a coletividade devem defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Observem que a proteção do meio ambiente é uma imposição, um dever!

3 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

A A3P é uma ação compulsória que impõe adoção de novos padrões sustentáveis de produção e consumo, dentro do governo.

Errado. É uma ação **voluntária**, logo não é compulsória ou obrigatória.

4 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

A A3P é um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Certo. Perfeito! A A3P busca incorporar a adoção de novos padrões sustentáveis de produção e consumo, ou seja, busca incorporar padrões e princípios socioambientais.

5 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os

critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. A A3P também busca:

- a) Sensibilizar os gestores públicos para as questões políticas.
- b) Promover o uso racional dos recursos naturais e o aumento de gastos institucionais.
- c) Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública.
- d) Reduzir o impacto socioambiental positivo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional.

Gabarito letra C.

- a) questões **socioambientais**.
- b) **redução** de gastos.
- c) certo.
- d) **Reduzir** o impacto socioambiental **negativo**.

A A3P busca ainda contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

6 – (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

Reutilizar significa transformar os produtos em matéria prima para se iniciar um novo ciclo de produção-consumo-descarte.

Errado.

Não confundam reutilizar com reciclar!

Reutilizar significa usar novamente um material antes de descartá-lo.

Reciclar é transformar os produtos em matéria prima para se iniciar um novo ciclo de produção-consumo-descarte.

Anotem os conceitos:

Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.

Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.

Reduzir significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

Reutilizar é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.

Reciclar significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.



7 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

O Termo de Adesão é o instrumento pelo qual uma instituição formaliza seu compromisso em implantar a A3P.

Certo. O Termo de Adesão é o instrumento de compromisso para implantação da A3P, celebrado entre os interessados e o MMA, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da A3P.

O objetivo desse ato - que é voluntário - é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da agenda. A assinatura do Termo de Adesão demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente.

Não há contrapartida financeira para quem firma o Termo de Adesão.

8 - (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

A A3P é desenvolvida na administração pública, exclusivamente na esfera federal.

Errado.

A A3P pode ser desenvolvida em todos os níveis da administração pública, na esfera municipal, estadual e federal e em todo o território nacional.



9 – (Simulado sobre A3P e Desenvolvimento Sustentável – Prof. Rosenval – 2017)

Um dos eixos da A3P é a gestão adequada de resíduos gerados. Sobre esse tema, cabe destacar a "Coleta Seletiva Solidária", que objetiva separar os resíduos recicláveis descartados em lixões e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, constituindo-se em exemplo na busca da inclusão social de expressivo contingente de cidadãos brasileiros.

Errado.

Um dos eixos da A3P é a gestão adequada de resíduos gerados. Sobre esse tema, cabe destacar a "Coleta Seletiva Solidária", que objetiva separar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, **na fonte geradora**, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais

recicláveis, constituindo-se em exemplo na busca da inclusão social de expressivo contingente de cidadãos brasileiros.

10 – (Simulado sobre a Resolução CNJ 201/2015 – Elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

“As unidades ou núcleos socioambientais deverão ter caráter _____ para o planejamento, implementação, monitoramento de metas _____ e avaliação de indicadores de desempenho.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

- A) Permanente / trimestrais**
- B) Permanente / anuais**
- C) Provisório / semestrais**
- D) Temporário / mensais**

Letra B.

Art. 4º, da Resolução 201, de 3 de março de 2015.

“As unidades ou núcleos socioambientais deverão ter caráter **PERMANENTE** para o planejamento, implementação, monitoramento de metas **ANUAIS** e avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento desta Resolução, devendo ser criadas no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação da presente.”

11 - (Simulado sobre a Resolução CNJ 201/2015 – Elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

“As unidades ou núcleos socioambientais deverão, _____, ser _____ à alta administração dos órgãos tendo em vista as suas atribuições estratégicas e as mudanças de paradigma que suas ações compreendem.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

- A) obrigatoriamente / vinculados**
- B) a critério do Ministro do STF / subordinados**
- C) a critério do Ministro do Meio Ambiente / vinculados**
- D) preferencialmente / subordinados**

Letra D. Art. 7º, da Resolução 201, de 3 de março de 2015.

“As unidades ou núcleos socioambientais deverão, **preferencialmente**, ser **subordinados** à alta administração dos órgãos tendo em vista as suas atribuições estratégicas e as mudanças de paradigma que suas ações compreendem.”

12 – (Simulado sobre a Resolução CNJ 201/2015 – Elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

“O _____ deverá publicar _____, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, fomentado por informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

- A) CNJ / anualmente**
- B) STJ / anualmente**
- C) CNJ / semestralmente**
- D) STJ / semestralmente**

Letra A. Art. 9º, da Resolução 201, de 3 de março de 2015.

“O **CNJ** deverá publicar **ANUALMENTE**, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, fomentado por informações

consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário.

BIZU: Bal**AN**ço é **AN**ual!!!

13 - (Simulado sobre a Resolução CNJ 201/2015 – Elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

O PLS-PJ irá subsidiar, _____, o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, a ser publicado pelo _____ por intermédio do _____, no prazo de _____ dias a contar do recebimento do relatório de desempenho dos órgãos.

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

- A) semestralmente / CNJ / DPJ / 180
- B) anualmente / CNJ / DPJ / 180
- C) mensalmente / CCJ / DPJ / 180
- D) anualmente / DPJ / CNJ / 180

Letra B. Art. 24, da Resolução 201, de 3 de março de 2015.

“Art. 24. O PLS-PJ irá subsidiar, **ANUALMENTE**, o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, a ser publicado pelo **CNJ** por intermédio do **DPJ**, no prazo de **180** dias a contar do recebimento do relatório de desempenho dos órgãos.”

A ordem correta é CNJ -> DPJ.

C vem antes do D. Pode lembrar também de um CD, tocando a música da vitória! ;-)

14 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade prescinde de justificativa nos autos, no entanto é necessário que preserve o caráter competitivo do certame.

Errado. Art. 2º, Parágrafo Único, do Decreto 7.746/12.

A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade **deverá ser justificada** nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Prescindir significa dispensar! No caso, a justificativa é imprescindível, necessária, obrigatória.

Logo, está errado dizer que a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade prescinde de justificativa nos autos.

15 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

A maior geração de empregos, obrigatoriamente com mão de obra local, é uma diretriz de sustentabilidade.

Errado. Art. 4º, do Decreto 7.746/12.

São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, **preferencialmente** com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

16 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

O instrumento convocatório deverá sempre estabelecer que o contratado adote obrigatoriamente práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

Errado. Art. 7º, do Decreto 7.746/12.

O instrumento convocatório **poderá** prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

17 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

A Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP - tem natureza consultiva e caráter temporário.

Errado. Art. 9º, do Decreto 7.746/12.

Fica instituída a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – **CISAP**, de **natureza consultiva e caráter permanente**, vinculada à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, com a finalidade de propor a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes.

18 - (Simulado sobre o Decreto 7.746/12 – Licitações Sustentáveis – Prof. Rosenval – 2017)

A participação na CISAP é remunerada.

Errado. Art. 14, do Decreto 7.746/12.

A participação na CISAP é considerada prestação de serviço público relevante, **não** remunerada.

19 - (Simulado sobre a PNMC elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)
São princípios expressos na Lei 12.187/09 (PNMC), EXCETO:

- a) precaução
- b) prevenção
- c) participação estatal
- d) desenvolvimento sustentável

Letra C.

Art. 3º, da Lei 12.187/09 (PNMC).

‘A PNMC e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os **princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas**, este último no âmbito internacional. (...)’

20 - (Simulado sobre a PNMC elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)
Para alcançar os objetivos da PNMC, o País adotará, como compromisso nacional _____, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre _____ e _____ suas emissões projetadas até _____.

- a- voluntário / 36,1% / 38,9% / 2020
- b- obrigatório / 37,1% / 37,9% / 2017
- c- voluntário / 36,1% / 37,9% / 2040
- d- compulsório / 90,1% / 100% / 2020

Letra A.

Art. 12, da Lei 12.187/09 (PNMC).

“Para alcançar os objetivos da PNMC, o País adotará, como compromisso nacional **voluntário**, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir **entre 36,1%** (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e **38,9%** (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) suas **emissões projetadas até 2020.**”

21 – (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

A Lei 12.305/10 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os radioativos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Errado. Art. 1º, da Lei 12.305/10 (PNRS). Os resíduos perigosos estão incluídos, mas **os rejeitos radioativos não!!!**

“Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, **incluídos os perigosos**, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei **NÃO SE APLICA AOS REJEITOS RADIOATIVOS**, que são regulados por legislação específica.”

22 – (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Não é um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):

- A - prevenção.**
- B -.precaução.**
- C – pagador-poluidor.**
- D - protetor-recebedor.**

Letra C. Art. 6º, da Lei 12.305/10 (PNRS). O correto é **poluidor-pagador**.

“São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - a prevenção e a precaução;
- II - o **poluidor-pagador** e o protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;
- V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.”

23 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, reutilização, redução, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Errado. Art. 9º, da Lei 12.305/10 (PNRS).

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: **não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.**

ATENÇÃO a ordem correta é: não geração -> redução -> reutilização -> reciclagem -> tratamento dos resíduos sólidos -> disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

CUIDADO com esses 3Rs: REdução -> REutilização -> REciclagem.

Observem que na PNRS a redução vem primeiro!!! O que é melhor? Qual seria pela lógica melhor? REdução -> REutilização -> REciclagem.

24 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Quanto a origem, os resíduos sólidos podem ser classificados em resíduos perigosos e não perigosos.

Errado. Art. 13, da Lei 12.305/10 (PNRS).

Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h" e "j";

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea "d" do inciso I do **caput**, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

25 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

A União elaborará, sob a coordenação do IBAMA, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.

Errado. Art. 15, da Lei 12.305/10 (PNRS).

"A União elaborará, sob a coordenação do **Ministério do Meio Ambiente**, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;

II - proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social."

26 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso,

observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Marque a opção correta:

a – Apenas I está correta.

b – Apenas I e II estão corretas.

c – Apenas I, II, III e IV estão corretas.

d – I, II, III, IV, V, e VI estão corretas.

Letra D. Art. 33, da Lei 12.305/10 (PNRS).

“São **obrigados** a estruturar e implementar **sistemas de logística reversa**, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - **agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso**, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - **pilhas e baterias;**

III - **pneus;**

IV - **óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;**

V - **lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;**

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

27 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, EXCETO:

A - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos.

B - lançamento in natura a céu aberto de resíduos de mineração.

C - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

D - outras formas vedadas pelo poder público.

Letra B. Art. 47, da Lei 12.305/10 (PNRS).

São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II – lançamento **in natura** a céu aberto, **EXCETUADOS os resíduos de mineração;**

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.

28 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada. Neste caso, é dispensada a autorização dos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

Errado. Art. 47, § 1º, da Lei 12.305/10 (PNRS).

“Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, **desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes** do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.”

29 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

É permitida a criação de animais domésticos nas áreas de disposição final de rejeitos.

Errado. Art. 48, da Lei 12.305/10 (PNRS).

“São **proibidas**, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II - catação;
- III - criação de animais domésticos;
- IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V - outras atividades vedadas pelo poder público.

30 - (Simulado sobre a Lei 12.305/10 elaborado pelo Prof. Rosenval – 2017)

É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

Certo. Art. 49, da Lei 12.305/10 (PNRS).

“É **PROIBIDA a importação de RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS E REJEITOS**, bem como de **RESÍDUOS SÓLIDOS** cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à

sanidade vegetal, *ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.*

Gabarito

1 C	2 C	3 E	4 C	5 C	6 E	7 C	8 E	9 E	10 B
11 D	12 A	13 B	14 E	15 E	16 E	17 E	18 E	19 C	20 A
21 E	22 C	23 E	24 E	25 E	26 D	27 B	28 E	29 E	30 C

E aí? Como foi?

Deixe um comentário na minha página no FB ou no Instagram.

Você está estudando durante o carnaval, está investindo em conhecimento, está comprometido com suas metas e objetivos e um dia ainda vão dizer que você teve sorte...pois é! Como pode, né?!

Só que tem um detalhe: sorte é quando preparação encontra oportunidade!

Todos estão tendo a oportunidade de ir fazer a prova (afinal o concurso é público), mas só os mais preparados vão conquistar a aprovação.

Quanto mais preparado você estiver, mais sorte você vai ter! ;-)

FB: <https://www.facebook.com/rosenvaljunior>

Fanpage: <https://www.facebook.com/rosenvaljr/>

Instagram: <https://www.instagram.com/profrosenval/>

Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5RVvVo1Hu5kBHdT62ciYT>
[w/playlists](#)